

## JUDICIÁRIO

## Campos Neto nas mãos da PGR

Ministra Rosa Weber, do STF, pede ao órgão que se manifeste sobre pedido de investigação contra o presidente do BC

» LUANA PATRIOLINO

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) um pedido de investigação contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e contra o dono do BTG Pactual, André Esteves. A suspeita é de uso indevido de informação privilegiada. Caberá ao órgão decidir se há elementos para abrir o inquérito.

O despacho da ministra ocorre em resposta a uma notícia-crime apresentada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A entidade requer a abertura de inquérito porque Campos Neto teria telefonado para Esteves com o objetivo de discutir política monetária — especificamente a queda na taxa de juros (Selic) e acerca do lower bound dos juros (conceito econômico que descreve a menor taxa de juros possível em uma economia).

“Obviamente, o administrador pode consultar a sociedade sobre determinados temas sob seu cuidado, porém, nunca de maneira informal ou adiantando sua compreensão sobre eles para aqueles cuja atividade está diretamente implicada por suas decisões”, argumenta a ABI. “Da mesma forma, não cabe ao administrador pedir aconselhamentos oficiosos daqueles cujas atividades são frontalmente afetadas por suas decisões. Por isso, entendemos haver indícios de que a conduta dos envolvidos é potencialmente lesiva à confiabilidade do mercado de capitais.”

Esteves fez a declaração em palestra para clientes e investidores de seu banco, cujo conteúdo está no YouTube: “Eu me lembro que o juros estava assim em uns 3,5%, e o Roberto me ligou para perguntar: ‘Pô, André, o que você está achando disso, onde você acha que está o lower bound?’. Eu falei assim: ‘Olha, Roberto, eu não sei onde que está, mas eu estou vendo pelo retrovisor, porque a gente já passou por ele. Acho que, em algum momento, a gente se achou inglês demais e levamos esse juros para 2%, o que eu acho que é um pouquinho fora de preço. Acho que a gente não comporta ainda esse juros’.”

Segundo os autos, a suspeita é da prática do crime de utilização de informação, previsto no artigo 27-D da Lei

Raphael Ribeiro/BCB



Ação da ABI pede abertura de inquérito para investigar se Campos Neto consultou banqueiro sobre política monetária

nº 6.385/1976. O item dispõe sobre o crime de “insider trading” ou uso indevido de informação privilegiada. Ilegal no Brasil desde 2001, essa prática envolve a utilização de informação relevante ainda desconhecida do mercado na negociação de papéis, com o objetivo de obter lucro ou evitar perdas. “É quando alguém tem conhecimento de alguma informação que seja capaz de influenciar a decisão de investidores na hora de comprar ou vender ações de determinada empresa”, explicou o advogado Karlos Gad Gomes, especialista em direito público.

Na avaliação de Nauê Bernardo de Azevedo, advogado constitucionalista e cientista político, se o caso ocorreu, é grave. “É um tipo de informação que acaba por dar vantagem exagerada a determinados agentes, em detrimento de outros”, observou.

## Defesa

Procurado pelo **Correio**, o Banco Central afirmou, por meio de nota, que é comum o órgão manter relacionamento com outras instituições financeiras. “Os

membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil mantêm contatos institucionais periódicos com executivos de mercados regulados e não-regulados para monitorar temas prudenciais que possam ameaçar a estabilidade do sistema financeiro e/ou para colher visões sobre a conjuntura econômica”, disse. “Esses contatos incluem dirigentes de instituições financeiras ou de pagamento e seguem rígidas normas legais e de conduta, com destaque para os períodos de silêncio e as regras de exposição pública.” A reportagem também entrou em contato com o BTG Pactual, mas não obteve resposta da instituição.

## Outras declarações

No encontro, Esteves relatou, ainda, conversas com ministros do STF sobre a independência do Banco Central. A Corte manteve, em agosto de 2021, a lei que havia sido aprovada em fevereiro pelo Congresso. Sem citar nomes, o banqueiro afirmou ter ensinado aos integrantes do tribunal sobre a importância da medida.



Esses contatos incluem dirigentes de instituições financeiras ou de pagamento e seguem rígidas normas legais e de conduta”

Trecho da nota do Banco Central

## Argumentos jurídicos

## Veja em que se baseou a denúncia da ABI

“Art. 27-D. Utilizar informação relevante de que tenha conhecimento, ainda não divulgada ao mercado, que seja capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, de valores mobiliários: (redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017)

Pena — reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de até 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 1º Incorre na mesma pena quem repassa informação sigilosa relativa a fato relevante a que tenha tido acesso em razão de cargo ou posição que ocupe emissor de valores mobiliários ou em razão de relação comercial, profissional ou de confiança com o emissor. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017)

§ 2º A pena é aumentada em 1/3 (um terço) se o agente comete o crime previsto no caput deste artigo valendo-se de informação relevante de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo. (Incluído pela Lei nº 13.506, de 2017).

## ELEIÇÕES

## Doria provoca crise interna no PSDB

» RAPHAEL FELICE  
» TAINÁ ANDRADE

O PSDB enfrenta uma crise interna às vésperas de decidir qual será seu candidato à Presidência da República — as prévias estão marcadas para o dia 21. As informações de bastidores são de que haverá uma debandada se o novo escolhido for o governador de São Paulo, João Doria. Ao menos 14 dos 29 deputados deixariam a sigla. Os outros postulantes são o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto.

Na ala pró-Doria dentro do PSDB, o racha é descartado. Segundo fonte ouvida pelo **Correio**, essa suposição é recorrente: surgiu, também, nas prévias para a prefeitura e para o governo do estado, mas na prática, o partido se fortaleceu em São Paulo, sob o comando de Doria, nos dois âmbitos.

Para o líder do partido no Senado, Izalci Lucas (DF), o que ocorre é um comportamento natural em toda disputa. Para evitar debandadas em massa, ele explicou que dentro da sigla existe

uma “regra”, cujo princípio é de que, após a votação, todos devem se unir. Por isso, não vê a questão como urgente. “São três perfis que estão disputando, é natural ter esses dilemas antes das prévias, isso é a democracia”, frisou. “Depois tem de ver, mas, quando se criou essa regra, independentemente de quem ganha, todo mundo se une. O compromisso é união. Tem de respeitar as regras, todo mundo entrou no partido sabendo delas.”

Conforme destacou o cientista político Valdir Pucci, “o PSDB é um partido que, tradicionalmente, desde o segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso, briga muito internamente”. “Isso acaba prejudicando a sua própria ação no processo eleitoral. Então, basta ver que o partido se divide e não apoia o seu próprio candidato durante o processo.”

O especialista afirmou que a tensão não diz respeito somente ao governador de São Paulo. “Existe uma ameaça não só se o Doria ganhar, mas também se Eduardo Leite ganhar. Partidários de Leite podem deixar a legenda, e vice-versa. Na verdade, isso faz parte

Governo do Estado de São Paulo/Divulgação



A eventual escolha de Doria como candidato tucano ao Planalto provocaria uma debandada na sigla

da guerra de bastidores no PSDB.” Para ele, independentemente de quem vença as prévias, a sigla terá de fazer um trabalho de reconstrução de pontes internas.

## Problema

David Fleischer, professor de ciências políticas na Universidade de Brasília (UnB), especialista em partidos políticos e sistemas eleitorais, ressaltou que na

política cada um decide pensando na própria reeleição. “É mais comum um deputado ter um recado para concentrar seus votos. Por exemplo, em uma cidade onde já foi governador, ele tem os votos do local garantidos e mais de uns três ou quatro municípios próximos. Se mudar de partido, não vai se prejudicar, porque o vínculo dele com o eleitorado não é referente ao partido e, sim, ao próprio nome”, frisou.

Na avaliação de Fleischer, o PSDB tem um grande problema, que é o de repetir candidatos do estado de São Paulo para a corrida ao Planalto, ocasionando mal-estar. De acordo com ele, quando os tucanos resolveram diversificar, com o nome de Aécio Neves (MG), em 2014, chegaram muito próximo de elegê-lo. Então, isso estimulou deputados a quererem nomes de outras regiões.

## Defensorias: julgamento é suspenso

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, abriu, ontem, o julgamento aguardado por defensores públicos de todo país com voto contrário à tentativa do procurador-geral da República, Augusto Aras, de limitar os poderes do sistema que visa garantir acesso dos mais pobres à Justiça. A análise do caso, no entanto, acabou sendo suspensa com pedido de vista (mais tempo para avaliação do caso) feito pelo ministro Alexandre de Moraes.

As vésperas do julgamento, defensores intensificaram a mobilização contra a ação impetrada por Aras. Entre interlocutores da classe, a expectativa era de que a análise do caso — com a rejeição da ofensiva do PGR — fosse concluída rapidamente. Com o pedido de vista de Moraes, o julgamento é suspenso por tempo indeterminado e só é retomado quando o magistrado devolver a ação.

Uma das entidades que participam da ação como “amigas da corte”, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos afirmou que se reuniu com ministros do STF, entre eles Alexandre de Moraes, para tratar sobre a importância do poder de requisição para as Defensorias Públicas.

“Entendemos que o pedido de vista pode ser uma alternativa para os ministros avaliarem com maior tempo e atenção essa pauta, a partir do voto do ministro Fachin, que respeitou a autonomia das Defensorias Públicas, bem como a análise da prerrogativa como instrumento de ampliação do acesso à justiça aos vulneráveis”, afirmou a presidente da Anadep, Rivana Ricarte.

Em seu voto, Fachin destacou que “não há como se colher” o pedido de Aras para retirar da alçada dos defensores o poder de requisitar a autoridades públicas e agentes do Estado documentos que julguem úteis para municiar processos, como certidões e perícias. O ministro classificou tal prerrogativa da Defensoria como “verdadeira expressão do princípio da isonomia e instrumento de acesso à Justiça, a viabilizar a prestação de assistência jurídica integral e efetiva da Constituição Federal”.

## Lula amplia vantagem

Levantamento Exame/Ideia, divulgado ontem, mostra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva liderando todos os cenários eleitorais para a Presidência em 2022. Em cenário de segundo turno entre o petista e o presidente Jair Bolsonaro, a distância entre os dois cresce de 12 pontos percentuais, registrados na pesquisa de julho, para 17. Lula seria vitorioso nas eleições por 48% dos votos, contra 31% do atual chefe do Executivo.

O ex-presidente levaria a vitória em todos os cenários possíveis de segundo turno. Contra o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), o petista ganharia com 50% contra 22%, enquanto que contra o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que disputa com Doria as prévias do PSDB, Lula venceria com 48% contra 22%. No embate com o ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT), o petista ganharia de 44% contra 31%. Já na disputa contra o ex-juiz Sergio Moro, que filiou-se nesta semana ao Podemos, o petista teria a vitória por 47% contra 25%.

Em um possível segundo turno, Bolsonaro ganharia de Moro, de 32% contra 30%, mas perderia de Ciro, por 36% contra 32%.